

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS DE CULTURA.

Vânia Maria Franceschi Vieira¹

RESUMO

A Proposta do Sistema Nacional de Cultura é a partida para a formação de profissionais onde a União, Estados e Municípios terão a mesma linguagem de trabalho. Através de questionário dirigido aos Secretários e Diretores de Cultura de Santa Catarina foi realizado um levantamento de dados sobre os gestores culturais nos municípios. O objetivo foi mapear e, ao final, obter um diagnóstico dos gestores que atuam no Estado. Conclui-se que se não houver investimento em capacitação poderá haver comprometimento na aplicação do Sistema Nacional de Cultura.

Palavras-chave: cultural; gestor; município; sistema.

RÉSUMÉ

La proposition de le Système de Culture Nationale est le tremplin pour le formation des professionnels où les gouvernements fédéral, provinciaux et les municipalités ont la même langue de travail. Grâce à un questionnaire adressé aux secrétaires at directeurs de Culture de l'Etat de Santa Catarina a été réalisée collecte de données sur gestionnaires de la culture dans les municipalités. L'objectif était rechercher des informations et, finalement, obtenir un diagnostic de gestionnaires culturels qui interviennent dans l'Etat. Il est conclu qu'il n'ya pas investissement dans la formation peut être dépréciation dans l'application de le Système de Culture Nationale.

Mot-clé: Culturel; gestionnaire; municipalités; système.

DESENVOLVIMENTO

¹ Bacharel em Direito, pianista, pós-graduanda em Gestão Pública na Administração Municipal pela UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe em Fraiburgo – SC, www.uniarp.edu.br

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



A partir da proposta de compilação do Sistema Nacional de Cultura se tem uma visão ampla do processo de transformação das ações culturais em políticas públicas. Surge o profissional gestor cultural como elemento importante para que a implantação vertical do Sistema – União, Estados e Municípios – aconteça e, da mesma forma mais adiante, com a execução do Plano Nacional de Cultura, obtenha os resultados esperados. Neste momento, percebe-se a importância que o Estado está dedicando à Cultura como política de Estado.

A Gestão Pública da Cultura passa pela formação e capacitação de pessoas para o desenvolvimento sustentável da Cultura no Brasil. Para se chegar a este passo muitas indagações e discussões surgiram.

A resposta a estas questões tem como ponto central o entendimento da cultura como um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social. Assim sendo, é, e deve ser tratada pelo Estado como uma área estratégica para o desenvolvimento do país. Portanto, sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe, com a participação da sociedade, assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. Papel este já expresso nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. (...) A Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1982) postula a ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de “tomada de decisões que concernem à vida cultural”. Para tanto, recomenda “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais”, particularmente através da descentralização geográfica e administrativa da política cultural. (Sistema Nacional de Cultura, 2009, p. 7-8).

De acordo com Peixe sobre a construção do Sistema Nacional de Cultura no texto *A importância estratégica do sistema nacional de cultura*:

Após os inúmeros avanços ocorridos nos últimos anos no campo da cultura e da gestão cultural em nosso país, os maiores desafios que hoje se apresentam são, de um lado, assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



como políticas de Estado, com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social. E, de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos, em todos os níveis de governo, compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país. (PEIXE, 2011, p. 14).

Conforme os estudos iniciais do Sistema Nacional de Cultura (2009, p. 9), “[...] no Brasil, a partir de 2003, todos os programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Estado têm sido norteadas pelas três dimensões da Cultura: simbólica, econômica e cidadã”.

A dimensão simbólica da Cultura está prevista no art. 216 da Constituição da República Federativa:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 35).

No momento em que se reconhece o que forma o patrimônio cultural na Constituição tem-se o *modus vivendi* das pessoas valorizado, conseqüentemente, passa a ser alvo de divulgação e preservação a identidade e diversidade cultural da nação brasileira.

A dimensão econômica passou a ter reconhecimento com sua importância no Sistema Nacional de Cultura:

Sob o ponto de vista econômico, a cultura pode ser compreendida de três formas: (i) como sistema de produção, materializado em cadeias produtivas; (ii) como elemento estratégico da nova economia (ou economia do conhecimento); e (iii) como um conjunto de valores e práticas que têm como

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano. (Sistema Nacional de Cultura, 2009, p. 12).

A dimensão econômica, apesar de sempre ter existido dentro do meio cultural, estava sempre implícita, não declarada.

Hoje, a importância de a Economia e a Cultura caminharem juntas reitera que esta é a melhor maneira de que sejam desenvolvidas ações sustentáveis e investimento na formação de profissionais capacitados para atuar e gerir a Cultura.

Dória lembra que:

A economia da cultura é mais coerente com uma certa antropologia que vê a vida social como uma totalidade onde a relação empírica entre as várias esferas da atividade humana mostra cultura, economia, religião etc., incrustadas umas nas outras de tal sorte que é difícil distinguir qualquer esfera autônoma. (DÓRIA, 2009, p. 102).

A dimensão cidadã da cultura tem como norte a proteção à diversidade cultural, o direito de todos ao acesso aos bens culturais, aos direitos humanos e culturais e à preservação dos direitos autorais do artista.

É neste momento que a figura do Estado enquanto instituição é o viabilizador efetivo da observância destes direitos:

A compreensão de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e que devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais é algo recente, embora eles estejam, desde 1948, inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A atuação do MinC para tornar efetivo o exercício desses direitos se expressa em várias ações. No que tange ao direito autoral há uma discussão aberta com a sociedade para repensar a legislação e recuperar o papel do setor público na supervisão, regulação e promoção da gestão coletiva desse direito; na mediação e arbitragem de conflitos, bem como na proteção das obras que caem em domínio público, consideradas parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. O direito à participação na vida cultural é assegurado por inúmeras iniciativas. A liberdade para criar, fruir e difundir a cultura é garantida não apenas no sentido negativo, isto é, pela não ingerência estatal na vida criativa da sociedade, mas também no sentido positivo, via dotação das condições

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



materiais para que os indivíduos e grupos tenham os meios necessários à produção, difusão e acesso aos bens da cultura. (Sistema Nacional de Cultura, 2009, p.11).

A partir do delineamento da tridimensionalidade da Cultura no Brasil verifica-se o interesse do Estado em fortalecer o trabalho de criação de um sistema de informações culturais no Brasil. Em 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Cultura divulgou pesquisa realizada com os 5564 municípios no MUNIC 2006 – Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

A MUNIC 2006 traz informações sobre: órgão gestor de cultura e sua infra-estrutura, recursos humanos da cultura, instrumentos de gestão, legislação, existência e funcionamento de conselhos e existência e características de fundo municipal, recursos financeiros, existência de Fundação Municipal de Cultura, ações, projetos e atividades desenvolvidas - assim como o levantamento dos meios de comunicação, existência e, em alguns casos, quantidade de equipamentos, atividades culturais e artísticas existentes no município. (IBGE, 2006, p. 1).

Segundo o IBGE² esta pesquisa contribuiu muito para o estudo sobre *o que e como* a gestão pública estava atuando na área cultural dos municípios.

Em 84,6% dos municípios não há órgãos exclusivos para gerir a cultura. A MUNIC 2006 mostra que em 72% dos municípios brasileiros ainda predomina a cultura acoplada a outros temas. Somando-se esta porcentagem aos 12,6% em que o setor é subordinado a outra secretaria, ou seja, configurando um menor status, temos que 84,6% de órgãos gestores não exclusivos da cultura. Quando a cultura está em conjunto com outras políticas setoriais – geralmente com a educação – ela costuma ser considerada de forma marginal.

Em 6,1% dos municípios a Cultura está vinculada diretamente à chefia do executivo. Nesses casos, ela costuma ser vista como uma área produtora de eventos que beneficiam a imagem do gestor. O fato de não existir um órgão gestor é um indicador importante do relativo pouco prestígio da área. (IBGE,

² IBGE. IBGE investiga a Cultura nos municípios brasileiros. 2006, p.1. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 05 de março de 2012.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



2006, p. 1).

Gráfico 1 – Percentual de municípios, por caracterização do órgão gestor da cultura – Brasil, 2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de população e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006.

O gráfico acima retratava a realidade em 2006, mesmo sendo a Cultura vinculada a outras Secretarias dentro dos municípios, ainda assim, 72,0% dos municípios tinham a Cultura prevista em seu quadro administrativo.

Mais de 30% dos municípios promovem curso de atualização profissional para a área de Cultura. Cerca de um terço dos municípios brasileiros promovem curso de atualização profissional, para formação do gestor do órgão responsável pela cultura no município. O percentual também é significativo para os responsáveis por projetos ou programas culturais realizados pela prefeitura (24,9%) e para o pessoal envolvido em atividades culturais específicas (21,2%).

Já em 2006, a movimentação em atualizar profissionais para a Cultura estava sendo buscada pelos municípios, mas a grande preocupação continua a ser a mesma, a

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



cada quatro anos os gestores mudam quando muda o administrador municipal. Este é o grande paradigma para a continuidade e sustentabilidade dos programas e ações culturais dentro dos municípios.

Durante quatro anos, os profissionais envolvidos nas atividades culturais fazem treinamentos, participam de seminários e procuram se aprofundar no tema Cultura para conseguirem trabalhar em seus municípios. Daí, por não serem profissionais de carreira, ou mesmo por exercerem o cargo como contratados, todo o investimento da administração municipal nestas pessoas se perde e, novamente, há a necessidade de treinar, capacitar outros agentes ou gestores para trabalharem na Cultura dos municípios para os quatro anos seguintes.

Este é um questionamento não só de Santa Catarina, mas crê-se ser de todo o país. A Gestão Pública da Cultura deve ser profissionalizada como as demais áreas dentro da Administração Pública a exemplo da Educação e da Saúde.

A metodologia aplicada para a identificação dos profissionais que estão à frente da Gestão Pública da Cultura no Estado de Santa Catarina foi o Questionário *on-line*. Através deste indicador de pesquisa encaminhado aos duzentos e noventa e três municípios do Estado de Santa Catarina obtiveram-se resultados expressivos tanto positivamente quanto negativamente.

Hoje, Santa Catarina tem o seguinte quadro de pessoas na gestão pública da Cultura entre os municípios citados abaixo:

Planilha 1 - Pesquisa sobre Gestores Culturais nos municípios de Santa Catarina em 2012.

Município	Formação Profissional	Formação Acadêmica em Artes	Formação em Gestão Cultural	Cargo Efetivo	Experiência Área Cultural (anos)
-----------	-----------------------	-----------------------------	-----------------------------	---------------	----------------------------------

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



ANCHIETA	Secretário Executivo	Não	Não	Não	4
ARMAZÉM	Química Industrial	Não	Não	Não	3
ATALANTA	Educação Física	Não	Não	Não	6
BRUNÓPOLIS	Matemática, Física	Não	Não	Não	7
CAMPO ALEGRE	Jornalismo/Letras	Não	Extensão	Não	- de 1 ano
CANOINHAS	Turismo	Não	Sim	Não	12
CORONEL MARTINS	Analista de Sistemas	Não	Não	Não	1
CORUPÁ	Pedagogia	Não	Não	Não	22
FORMOSA DO SUL	Teatro	Sim	Pós-Graduaçã o	Não	7
IBIRAMA	Pedagogia	Não	Não	Não	3
IPUMIRIM	Assistente Social	Não	Cursos	Sim	4
IRINEÓPOLIS	Artes Visuais	Sim	Não	Sim	-
ITAPOÁ	Artes Visuais	Sim	Não	Sim	3
LAGUNA	Turismo	Não	Não	Não	- de 1 ano
LINDÓIA DO SUL	Pedagogia	Não	Não	Não	3
LUÍS ALVES	Auxiliar de Enfermagem	Não	Cursos	Sim	- de 1 ano
MAFRA	Artes Visuais	Sim	Não	Não	4
MASSARANDUBA	História	Não	Não	Não	30
NAVEGANTES	Comunicação Social	Não	Sim	Não	11
NOVA VENEZA	Educação Física	Não	Extensão	Não	2
PASSO MAIA	Psicologia	Não	Não	Não	1
POMERODE	Engenharia Civil	Não	Não	Não	12
PRES. CASTELLO BRANCO	Pedagogia	Não	Cursos	Não	3
PRESIDENTE GETÚLIO	Pedagogia	Não	Pós-Graduaçã o	Sim	3
RODEIO	Psicologia	Não	Não	Sim	25
SALTO VELOSO	Letras	Não	Não	Não	3
SÃO LOURENÇO D'OESTE		Não	Sim	Não	10
Total 28					

Fonte: A autora.

Esta planilha 1 revela dados relevantes da formação profissional dos gestores públicos da Cultura dentro dos municípios. Fica evidenciado que as pessoas vêm de várias vertentes de formação profissional, todavia, quase que em sua totalidade não possuem qualquer curso de Gestão Cultural em seus currículos. Apesar da boa vontade em realizar atividades culturais em seus municípios, é muito pouco para que as ações

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



efetivamente se desenvolvam pela insuficiência de conhecimento técnico. Daí a importância do investimento na capacitação e formação de gestores culturais para a expansão do conhecimento e desenvolvimento do setor com sustentabilidade.

Em 2009, através do Anuário de Estáticas Culturais, o Ministério da Cultura atualizou por Estado informações sobre a gestão da cultura por município. Em Santa Catarina, identificou-se a existência inexpressiva de estrutura organizacional da Cultura dentro dos municípios. Por outro lado, existe uma produção cultural local rica e diversificada e em expansão por grupos ou instituições não governamentais em todas as regiões do Estado. Basta observar no documento o registro dos Conselhos Municipais de Cultura que na última década aumentaram consideravelmente. A provocação do Ministério da Cultura está fazendo com que os gestores públicos comecem a se preocupar com a estrutura organizacional das ações culturais em seus municípios.

Esta mobilização de cima para baixo está acontecendo para que os municípios possam integrar o Sistema Nacional de Cultura. E, quanto antes os Gestores Públicos de Cultura estiverem capacitados, mais cedo os municípios estarão integrados ao sistema.

No Histórico da Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura em 2007 já havia a preocupação com a formação profissional.

Visando consolidar esse processo, o Ministério da Cultura (MinC) constituiu três Grupos de Trabalho para propor os novos caminhos do SNC. O primeiro ficou responsável pela elaboração da proposta referente à estruturação do sistema e os outros dois pela formulação de propostas relativas à formação na área da cultura. (Sistema Nacional de Cultura, 2011, p. 40).

Entre os objetivos específicos do Sistema Nacional de Cultura (2011, p. 42) há a previsão da promoção “do intercâmbio entre os entes federados para a formação,

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica entre estes.”

Dentro da estrutura do Sistema Nacional de Cultura está o Programa Nacional de Formação Cultural nos três níveis: federal, estadual e municipal.

Diante de tal previsão a comunidade acadêmica e cultural mobilizou-se para a oferta de cursos de graduação, pós-graduações e MBA em gestão cultural em vários estados brasileiros, movimentando o mercado da capacitação na área da cultura, para atender à demanda criada a partir do novo sistema. A exemplo disso tem-se o Itaú Cultural³, a Associação Brasileira de Gestão Cultural⁴, Curso de Capacitação em Projetos Culturais (parceria entre o Ministério da Cultura e a Fundação Getúlio Vargas – FGV)⁵. Da mesma forma, em todo o país os profissionais estão trocando experiências e organizando cursos, *workshops*, seminários para se capacitarem, mas este investimento ainda é tímido pela situação continental do país.

No item Programa Nacional de Formação na Área da Cultura dentro do Sistema Nacional de Cultura:

A formação de pessoal em política e gestão culturais é estratégica para a implementação e gestão do Sistema Nacional de Cultura, pois trata-se de uma área que se ressentiu de profissionais com conhecimento e capacitação no campo da gestão de políticas públicas. O Programa Nacional de Formação na Área da Cultura visa exatamente estimular e fomentar a qualificação nas áreas consideradas vitais para o funcionamento do Sistema, capacitando gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, que são os responsáveis por sua implementação. (Sistema Nacional de Cultura, 2011, p.49-50).

³ Disponível em <<http://www.itaucultural.org.br>>. Acessado em 13 de março de 2012.

⁴ Disponível em <<http://www.gestaocultural.org.br>>. Acessado em 13 de março de 2012.

⁵ Disponível em <<http://www.fgv.br/fgvonline/minc/cursos.asp>>. Acessado em 13 de março de 2012.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Nas instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema a figura do gestor cultural está presente em todos os níveis federal, estadual, distrital e municipal para viabilizar a implementação do Sistema Nacional de Cultura de caráter permanente. Tanto é relevante a participação do gestor, que está entre os principais itens a alocação de recursos dentro do orçamento da Cultura para a gestão do Plano Nacional de Cultura. E o Plano é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Cultura na perspectiva do Sistema.

Para a viabilização do Plano Nacional de Cultura o Sistema Nacional de Cultura tem como meta o:

Programa de formação na área da cultura **que** tem como meta estimular e fomentar, de forma gradual e ao longo do tempo, a qualificação em todas aquelas áreas que são vitais para o funcionamento de um complexo sistema cultural, em diferentes níveis de formação, e que envolvem as áreas: (1) Criação, inovação e invenção; (2) Difusão, divulgação e transmissão; (3) Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas; (4) Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa; (5) Fruição, consumo e públicos; (6) Conservação e preservação; (7) Organização, gestão, legislação e produção da cultura. (Sistema Nacional de Cultura, 2011, p. 63).

Dessume-se que a estrutura do Sistema Nacional de Cultura com a aplicação do Plano Nacional de Cultura, tão bem delineado teoricamente, terá seus objetivos atingidos se o Programa de Formação em Capacitação de Gestores Públicos de Cultura efetivamente chegar aos municípios.

Em Santa Catarina, crê-se que para haver resultados expressivos deve-se investir na formação dos gestores públicos de Cultura.

CONCLUSÃO

A sistematização transformará a gestão da Cultura no Brasil. Portanto, a profissionalização é medida que se impõe. Para se chegar a estas conclusões o estudo da

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



proposta do Sistema Nacional de Cultura e a pesquisa aplicada foram subsídios pontuais.

Primeiro analisou-se os pontos positivos da pesquisa em forma de questionário dentro do Estado de Santa Catarina a partir das pessoas que estão atuando e, que responderam à pesquisa.

Todas demonstraram interesse em capacitar-se para melhor desempenhar a função. E, a grande maioria expressou suas dificuldades do acesso aos recursos disponibilizados pela Lei de Incentivo do Estado, por não haver transparência na distribuição destes recursos.

Num segundo momento, foram analisados os pontos negativos em que menos de dez por cento dos gestores públicos da Cultura dos municípios catarinenses responderam à pesquisa.

Diante disso, verifica-se que os próprios gestores não estão mobilizados o suficiente para a importância da estruturação da Cultura em seus municípios. Também, outro ponto negativo está na rotatividade dos gestores dentro de uma mesma gestão administrativa, a maioria está no cargo há três anos. Tempo este exíguo para entender o universo da Cultura Catarinense que possui dezenas de culturas diferentes na formação do seu povo.

Com isso, questiona-se a urgência da formação do profissional gestor para que este hiato entre o conhecimento e a prática da Cultura no dia a dia seja o menor possível nos próximos anos, baseado o estudo nas informações coletadas no IBGE e no Anuário de Estatísticas do Estado de Santa Catarina.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



O Sistema Nacional de Cultura aprovado está com o Plano Nacional de Cultura pronto para ser aplicado nos estados e municípios. Cabe a todos os agentes culturais do país maior envolvimento para que o profissional gestor cultural tenha meios de capacitar-se, gerar conhecimento e transformar em rizomas a difusão cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS GESTORES CULTURAIS. Disponível em <http://www.gestaocultural.org.br>. Acesso em 13 de março de 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Ano, 2011.

BRASIL. *Sistema Nacional de Cultura*. Ano, 2009.

BRASIL. *Sistema Nacional de Cultura*. Ano, 2011.

DÓRIA, C. Teses (equivocadas ou não) sobre o Estado e a cultura Brasileira. In: CRIBARI, I. (org). *Economia da Cultura*. Recife: Editora Massangana, 2009, p. 102.

FECAM – Federação Catarinense de Municípios. *Anuário de Estatísticas*. Relatório, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/fgvonline/minc/cursos.asp>. Acesso em 13 de março de 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/fgvonline/minc/cursos.asp>. Acesso em 13 de março de 2012.

IBGE. *IBGE investiga a Cultura nos municípios brasileiros*. Ano, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de março de 2012.

ITAÚ CULTURAL. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em 13 de março de 2012.